

# Um balanço da economia de 1984 e a perspectiva para 1985

Maria Silvia Bastos  
Marques (\*)

As expectativas correntes em fins do ano passado eram de que em 1984 a taxa de inflação deveria reduzir-se substancialmente, para um patamar próximo aos 130% ao ano, e de que a taxa de variação do produto real seria ainda negativa ou, na melhor das hipóteses, igual a zero. No decorrer do ano constatou-se que essas previsões não se concretizariam. A inflação, que até novembro já se encontrava em 193%, atingirá sem dúvida um nível ainda mais elevado do que os 211% verificados no ano passado. O produto real, por sua vez, deverá expandir a uma taxa superior à de crescimento da população, estancando o processo de queda do produto real per capita iniciado em 1981 e que já atinge cerca de 11% em termos acumulados.

O que teria ocasionado este comportamento bastante diverso do esperado? No que tange à inflação, em 1984 não ocorreram, realmente, fatores aceleradores da taxa de variação dos preços comparáveis aos que se verificaram no ano precedente, como a maxidesvalorização cambial, acidentes climáticos que resultaram em quebras de safras agrícolas, etc. Também não houve elementos que permitissem a queda da inflação: a política econômica não esteve diretamente voltada para o objetivo de reverter o processo inflacionário, tendo mesmo ocorrido algum afrouxamento monetário e creditício em relação ao ano anterior, e a agricultura, embora crescendo provavelmente a uma taxa bastante superior à média histórica, tem como base de comparação um ano em que os resultados no setor foram desastrosos. Na ausência de choques, exógenos ou de política econômica, que alterassem a trajetória da inflação em sentido ascendente ou descendente, esta foi mantida no patamar de 200% graças à atuação dos chamados mecanismos de sustentação ou de realimentação. Estes, como se sabe, agem no sentido de sancionar e perpetuar mudanças na taxa de variação



dos preços, que, em outras circunstâncias, poderiam ter caráter apenas transitório.

O comportamento do produto real, por sua vez, constituiu, sem dúvida, uma surpresa inesperada e positiva. Um dos fatores que concorreram de maneira mais intensa para que a atividade econômica emergisse de uma recessão profunda em 1983 para um crescimento em torno de 3 ou 4% neste ano foi, certamente, o desempenho extraordinário do setor exportador, que superou em muito as expectativas iniciais. Este resultado pôde ser obtido graças à vigorosa recuperação da economia americana, à contenção dos salários reais e à política de desvalorização real do cruzeiro em relação ao dólar. Além do setor exportador, podem-se destacar também a agricultura e a indústria extrativa mineral, em particular a produção de petróleo, como outras atividades responsáveis pelo reaquecimento da economia em 1984, que foi também facilitado pelo menor rigor monetário em comparação com o ano anterior.

Tendo em vista este cenário de relativa estabilidade da taxa de inflação e de retomada do ritmo de atividade econômica, quais seriam as perspectivas para 1985 em termos de inflação e crescimento? Com relação à inflação, parece existir um risco significativo de que esta não venha a declinar ou mesmo permanecer estável. Em primeiro lugar, embora as diretrizes econômicas do próximo governo ainda estejam bastante nebulosas, é quase certo que estas não incluirão um combate frontal e imediato ao problema da inflação. Ao contrário, provavelmente o que se tentará conseguir é que a inflação não se acelere, permanecendo em um patamar próximo ao verificado em 1983 e 1984. Na ausência de medidas de política econômica especificamente voltadas para o ataque à inflação, restaria esperar que ocorressem choques exógenos favoráveis, que ajudassem a refrear a alta dos preços. No entanto, ainda que tais choques aconteçam, é razoável supor que seu impacto deflacionário seja amortecido pela rigidez dos preços no sentido descendente que caracteriza uma economia ampla-

mente indexada e com práticas oligopolistas de mercado.

Com a posse de um novo governo deverão surgir pressões de diferentes setores e agentes econômicos para recompor sua participação na renda real do País. Os trabalhadores reivindicarão aumentos reais de salários, as empresas estatais tentarão reconstituir o nível real de seus investimentos, violentamente comprimido nos últimos anos, e assim por diante. Estas demandas, ainda que satisfeitas apenas parcialmente, implicarão afrouxamento fiscal e monetário, que embora colabore para a sustentação do crescimento poderá repercutir desfavoravelmente sobre o comportamento dos preços.

Outro elemento que pode comprometer a tentativa de manter estável a taxa de inflação é o fato de que uma inflação elevada reduz a margem de manobra da política econômica e torna a economia extremamente vulnerável a choques de qualquer natureza. A decisão do governo de prescindir de um novo

"empréstimo-jumbo" para o ano de 1985 pode reforçar este aspecto e se constituir em restrição adicional, na eventualidade de ocorrência de choques externos ou internos. Se, por exemplo, houver uma elevação imprevista e significativa dos juros internacionais que implique uma necessidade de divisas além do previsto, ou se as economias industrializadas apresentarem uma reversão brusca no seu atual ritmo de crescimento, com reflexos negativos sobre a evolução de nossas exportações, pode-se tornar necessária novamente uma compressão das importações, que prejudicará o incipiente processo de recuperação interno e dará novo impulso à inflação. Efeitos semelhantes resultariam de uma má safra agrícola, a menos que se decidisse utilizar as reservas internacionais, que se encontram em nível ainda insuficiente, para suprir a carência interna de alimentos.

Vale a pena ainda mencionar a influência desfavorável que o reaquecimento da economia pode exercer sobre a taxa de inflação. Na medida em que

o nível de ociosidade é variável entre os diferentes setores e a reativação não se processa de maneira uniforme, o aumento da utilização média da capacidade produtiva pode refletir-se em surgimento de focos setoriais de inflação. Além disso, se por um lado o processo de recuperação dos salários reais, que vem se verificando ao longo do ano e deverá intensificar-se em 1985, favorece a recuperação através da maior demanda de bens duráveis, por outro, implica custos de produção mais elevados, que serão provavelmente repassados aos preços finais.

Finalmente, o repasse dos preços públicos no último trimestre de 1984, resultante do desejo das autoridades econômicas de manter a taxa anual de inflação em um nível equivalente ao de 1983, poderá provocar uma onda de "inflação corretiva" no próximo ano, já que esta prática pode ser utilizada apenas por um período limitado de tempo, sob pena de pressionar fortemente as receitas operacionais das empresas públicas e elevar, consequentemente, as necessida-

des de financiamento do setor público.

O que se depreende, portanto, é que em 1985 tanto o controle da inflação quanto a continuidade do crescimento dependerão em boa medida de elementos fora do controle das autoridades econômicas. Assim, se não ocorrer nenhum novo fator de perturbação do setor externo da economia brasileira, a reativação da atividade deverá continuar processando-se, auxiliada pela provável recomposição da massa salarial. No entanto, há um risco substancial de que não se consiga manter a taxa de inflação razoavelmente estável no próximo ano. Nesse caso, se vier a ocorrer efetivamente uma aceleração na taxa de variação dos preços, o novo governo não terá como fugir à necessidade de promover um ataque decidido à inflação, que venha a fornecer condições seguras para que a economia retome uma trajetória de crescimento auto-sustentado.

(\*) Economista do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas-Rio.